

Proposta de Lei n.º 38/XV/1.ª
(Aprova o Orçamento de Estado para 2023)

Proposta de Aditamento

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA apresenta a seguinte proposta de aditamento:

TÍTULO II

Disposições fiscais

CAPÍTULO III

Impostos locais

Artigo 175.º A

Alteração ao Código do Imposto Municipal sobre Imóveis

É alterado o artigo 120º do Código Municipal sobre Imóveis, o qual passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 120.º

(...)

1 - O imposto deve ser pago:

a) (...);

b) Até seis prestações, quando o seu montante seja superior a (euro) 100 e igual ou inferior a (euro) 500;

c) Em duodécimos, quando o seu montante seja superior a (euro) 500.

2 – (...).

3 - (...).

4 - (...).

5 - (...).

6 - (...).

7 - (...).

Nota Justificativa:

O aumento com os encargos do custo de vida, a inflação galopante, o nível da subida das taxas de juro, com reflexos diretos quer na perda de poder de compra, quer no aumento dos encargos com o pagamento de vários bens e serviços, sobressaindo destes, pela relevância, as prestações devidas pelos créditos à habitação, leva a que seja considerada esta proposta de diluição pelo tempo do pagamento do IMI.

Esta nova possibilidade protege o contribuinte (e também a administração tributária) de possíveis situações de incumprimentos futuros, evitando o agudizar de um problema que num contexto político, económico e social se considera gravoso.

O Chega, desta forma, assume uma maior proteção do orçamento mensal dos contribuintes.

São Bento, 11 de Novembro de 2022

O Grupo Parlamentar do Partido CHEGA

André Ventura - Bruno Nunes – Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa